



RELATÓRIO E CONTAS 2016/17

Vitória Sport Clube

#SEDEDEVENCER



Índice

PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1. Órgãos Sociais.....	4
2. Relatório de Gestão	6
3. Futebol Formação	10
4. Modalidades Desportivas Não Profissionais	11
PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
1. Balanço	30
2. Demonstração de Resultados	31
3. Anexo ao Exercício 2016	32
4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	70
5. Demonstração das Fluxos de Caixa	71



PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente:	José Isidro Puga Lobo
Vice-Presidente:	Daniel André Sousa Rodrigues
Secretário:	António José Teixeira Sousa Pinto
Secretário:	António José Ferraz Moura

Direção

Presidente:	Júlio Martins Faria Mendes
Vice-Presidente:	Armando Manuel Gomes Marques
Vice-Presidente:	Francisco António M. C. A. Príncipe
Vice-Presidente:	Hugo Maciel Tavares de Freitas
Vice-Presidente:	Pedro Guimarães Coelho Lima

Conselho Fiscal

Presidente:	Eduardo António Salgado Leite
Vice-Presidente:	Cristina M ^a Cepa Carvalho
Vogal de Contenciosos:	João Miguel Castro Oliveira
Vogal de Sindicância:	Paulo Cesar Pliteiro Silva
Secretário:	António Manuel Gonçalves Durães

Conselho de Jurisdição

Presidente:	Pedro Miguel V. Roque Figueiredo
Vice-Presidente:	António José F. Moreira Lima
Vogal:	Octávio Manuel Pereira dos Santos
Vogal:	Álvaro Alexandre C. Oliveira Silva
Vogal:	Ricardo Jorge Pinto Silva



Diretores:

Diretor Relações Institucionais

Diretor de Marketing Digital

Diretor Comercial e Marketing

Diretor Futebol Formação

Diretor Futebol Profissional

Diretor de Relações Externas

Diretor Atletismo

Diretor Basquetebol

Diretor Kickboxing e Boxe

Diretor Polo Aquático

Diretor Judo

Diretor Jiu-jitsu

Diretor Ténis Mesa

Diretor de Associados e Freguesias

Diretor Planeamento Financeiro e Estratégico

Diretor Estádio

Diretor OLA

Diretor Instalações

Diretor Estádio

João Vicente Salgado

Sérgio Fernando Pereira Coutinho

José Luis Matos Andrade Faria

Jorge Manuel Silva Freitas

Cristóvão José Gomes Marques

Nuno H. Gomes Gonçalves Melo

José Carlos Fernandes de Freitas

Pedro da Costa Guerreiro

Manuel Alberto Freitas Costa

António Pedro Teixeira Magalhães

Mario Emídio Mendes Oliveira

Ulisses Leandro da Cunha Dias

Bernardino de Freitas Alves

Alexandre Barros Cunha

Ricardo Costa Pinto Prego Faria

Luis Miguel Salgado Fernandes

Francisco Manuel Silva Canário Teles

Luis Paulo Martins Costa Carvalho

Eduardo Manuel Leite Ferreira

Conselho Vitoriano

António Leite Abreu Cardoso

Bruno Gabriel Pinto Faria

César Nuno da Costa Teixeira

Fernando Alberto Lemos Carneiro

Francisco José Oliveira

José António Fernandes Antunes

João da Silva Pereira

João Carlos Barbeado Garcia

José Carlos Alpoim Meneses

José Manuel Costa Ribeiro

José Manuel Torcato Ribeiro

José da Costa Martins

José Miguel Rodrigues A. Figueiredo

José António Pereira Vitorino

Orlando Renato Reis Coutinho

Pedro José F.G. Freitas

Raúl Roque Figueiredo

Ricardo J. Machado P. Silva Araújo

Rui Vítor Poeiras Lobo Costa



2. Relatório de Gestão

Fatos mais relevantes

Caros sócios,

No momento de apresentar e discutir o RC que será o ultimo deste mandato que termina dentro de meses, a Direção do Clube deseja agradecer o apoio de todos os sócios. Os sócios são os verdadeiros suportes deste nosso grande clube, e que todos os dias orgulham e motivam a Direção a melhorar a qualidade, a eficiência e a eficácia da gestão do VSC.

Como sabem, a partir de abril de 2013, toda a atividade relacionada com o futebol profissional e de formação foi transferida para o universo da recém-criada VSC, futebol SAD e, com essa transferência, o foco principal da atividade do clube centrou-se no relacionamento com os associados, na gestão das modalidades do clube, nas escolinhas de futebol, e na gestão da infraestrutura que suporta a escola de natação do Vitoria.

Por outro lado, e desde a mesma data, O VSC, é detentor de 40% de ações de categoria A da SAD, estando por isso o seu desempenho económico e financeiro condicionado por este facto.

O VSC necessita, para cumprimento do seu plano de reestruturação de dívida, da devolução de liquidez por parte da SAD, em contrapartida dos suprimentos que o Clube detém na Sociedade.

Até á data, e durante os 4 exercícios anteriores SAD foi sempre capaz de gerar a liquidez necessária para que o clube pudesse cumprir com as suas obrigações.

O resultado económico da SAD no exercício de 2016/2017, conduziu a um dos fatos relevantes nas demonstrações financeiras do Clube do mesmo exercício.

Deste modo a excelente performance desportiva e económica da SAD, conduziu a um rendimento através da aplicação do método de equivalência patrimonial de 906.235,53€.

Destes, 905.000 resultam da participação da SAD e o restante da participação maioritária que o Clube detém na Conquistadores seguros.



Este rendimento proporcionou um resultado líquido positivo de quase 800.000€, e que se traduz no primeiro resultado líquido positivo dos últimos 6 exercícios.

De salientar também a capacidade do Clube de gerir tesouraria positiva, cerca de 550.000€, e daí que só tenha tido a necessidade de consumir 400.000€ de suprimentos.

Estes 950 000€ de liquidez foram utilizados para cumprimento do plano de reestruturação da dívida, passando deste modo o passivo de 10.830.525,55€ para 9.922.714,72€.

Análise das demonstrações financeiras

No que diz respeito aos movimentos de gastos e rendimentos salientam-se os seguintes fatos:

Aumento dos rendimentos em cerca de 240.000€, consequência do forte aumento do valor relativo a cobrança de quotas (cerca de 150.000€), aumento dos ganhos de publicidade, e das rendas recebidas. Em sentido contrário verificou-se a redução do valor a receber da SAD em contrapartida da cedência de pessoal.

Por seu lado os outros rendimentos e ganhos aumentaram cerca de 50.000€, variação essa, influenciada pelos donativos efetuados ao Clube.

Como já foi referido anteriormente, foi também imputado um ganho devido por empresas subsidiárias de um pouco mais de 900.000€.

Os rendimentos atingiram assim um valor 5.314.458,70 €

No que diz respeito aos gastos, verificou-se uma subida de cerca de 9%. Este incremento está diretamente relacionado com o aumento do valor da quotização transferido para a SAD, (cerca de 110.000€) e também devido aumento dos gastos na atividade do clube, tanto nas escolinhas de futebol como nas modalidades.

Os gastos com o pessoal diminuíram 4%. Se por um lado os gastos com o pessoal geral tiveram uma variação negativa de 90.000€, os gastos com atletas subiram 50.000€.



A conta de outros gastos e perdas foi extremamente afetada pela componente fiscal. A liquidação do Iva das piscinas referente ao exercício 2012/2013, foi um dos fatores que mais contribuiu para o crescimento desta rubrica em cerca de 200.000€.

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos atingiu o valor de 1.889.490,75 €, valor mais alto dos últimos 6 exercícios.

Os gastos de depreciações, mantêm a sua trajetória de descida e situam-se agora perto dos 840.000€.

Também os gastos de financiamento mantiveram a trajetória favorável, voltando a diminuir, desta vez cerca de 25 %.

Deste modo, e depois de 6 exercícios com prejuízo, o VSC volta a atingir resultados líquidos positivos, mais concretamente 798.005,72€.

Posto isto, interessa analisar as consequências do exercício em termos de balanço do Clube.

O valor do ativo, praticamente não se alterou.

De salientar o valor das participações financeiras em subsidiárias no valor de mais de 900.000€.

Os ativos fixos tangíveis mantêm o seu padrão de desvalorização.

De salientar que em relação ao crédito do clube na SAD – créditos a receber- podemos verificar uma descida menos acentuada do que anos anteriores, e é agora de 2.795.247,56€.

O valor total do ativo é agora de 35.796.948,51€.

O valor do passivo caiu cerca de 900.000€ para os 9.922.714,72€. Esta variação reflete o cumprimento por parte do VSC do plano de reestruturação da dívida ainda em curso.

Em todas as rubricas do passivo se verificam variações negativas, mas notam-se com mais relevo, as quedas dos valores de fornecedores e de financiamentos obtidos.

Consolidando os resultados líquidos nos fundos patrimoniais, verifica-se que a situação líquida do VSC é de cerca de 25.874.233,79€, revertendo a tendência de descida ligeira que se verificava nos últimos 3 exercícios.



Para o exercício corrente, a administração estima que se mantenha o mesmo padrão evolutivo do balanço, no que diz respeito á diminuição do passivo.

Já no que diz respeito ao ativo, a direção do VSC sabe que não é garantido que a participação financeira continue consolidada no balanço do clube. Apesar do equilíbrio financeiro da SAD, o forte investimento em atletas pode prejudicar o RL da sociedade

o exercício corrente, via depreciações, podendo provocar o desaparecimento deste ativo no balanço do VSC.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido positivo de 798.005,72€ seja transferido para a conta de resultados transitados.

Considerações Finais

Consideramos que o presente relatório e contas é suficientemente claro para que todos os associados do Clube encontrem nele o conhecimento pleno da vida do Vitória, tanto no plano desportivo, como no plano financeiro e económico. A Direção aproveita para expressar uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e agradecer a todos quantos, de forma direta ou indireta, cooperaram com o Vitória Sport Clube.

Apresentam-se de seguida, as demonstrações financeiras e respetivos anexos relativos à época de 2016/2017.

Guimarães, 4 de setembro de 2017

A Direção,



3. Futebol Formação

O Futebol de Formação do **Vitória Sport Clube** alberga os escalões infantis futebol 7, benjamins e traquinas, num total de 82 atletas.

Na época 2016/2017, disputaram os Campeonatos Distritais de Infantis fut. 7 e o Campeonato Distrital de Benjamins com 4 equipas. Obtendo as seguintes classificações:



- Campeonato Distrital de Infantis serie K – 4º classificado
- Campeonato Distrital de Benjamins serie J – 1º classificado
- Campeonato Distrital de Benjamins serie K – 2º classificado
- Campeonato Distrital de Benjamins serie L – 1º classificado
- Campeonato Distrital de Benjamins serie M – 4º classificado

Participaram ainda em diversos Torneios:

- Christmas Cup de Lousada
- Esposende Cup
- Ramos Azores Cup
- Mundialito Badajoz - Espanha
- Tour Cup de Salamanca-Espanha
- Torneio Internacional Concelho “A Estrada” - Espanha
- Torneio Internacional de Ourense – Espanha
- Torneio de Pascoa “Os Marialvas”
- Algarve Youth Cup
- Torneio Coelho Verde
- Torneio Internacional Villa Garcia – Espanha
- Torneio da Correlhã
- Torneio de Verão VP Ancora



4. Modalidades Desportivas Não Profissionais

O Vitória Sport Clube mantém um desenvolvimento sustentado das suas modalidades amadoras, tentando a cada época, ultrapassar novas dificuldades que são surgindo. Mais uma vez a direção do clube, juntamente com os vários diretores de cada modalidade, mantiveram em funcionamento todas as secções, permitindo um normal desenvolvimento das suas atividades.

Foi efetuado um esforço adicional na modalidade de Pólo-Aquático, no sentido de minimizar o impacto da destruição da cobertura Piscina Municipal, que inviabilizou as normais atividades durante quase 3 meses.

Os melhoramentos efetuados na época anterior, no Departamento de Transportes, permitiram assegurar esta época quase 100% das necessidades de todas as equipas e modalidades.

No que diz respeito ao dia-a-dia do departamento, bem como à parte operacional, o Departamento contou com um Departamento médico totalmente disponível e adaptado à realidade das modalidades, contando com três fisioterapeutas e um médico, tendo acompanhado as várias modalidades nos seus jogos, ao fim de semana.

Desportivamente o Vitória manteve o nível a que tem habituado os associados, tendo participado em várias provas internacionais, tendo conquistado vários, nas suas várias modalidades.



Escola de Natação do Vitória/Piscinas

A Escola de Natação do Vitória organiza todos os anos atividades que a caracterizam no seu processo pedagógico, realizou nas aulas de Natação Infantil, as aulas especiais do Dia Nacional do Pijama; Ser especial – Dia Internacional das pessoas com Deficiência; Espetáculo Aquático de Natal, neste ano com o Tema “O Baile”; Mês da Prevenção e Segurança no Meio Aquático”, aula do Halloween, do dia de Carnaval e do dia Mundial da Criança. Em Natação de Bébés realizou as aulas especiais do Dia do Pai e do Dia da mãe.

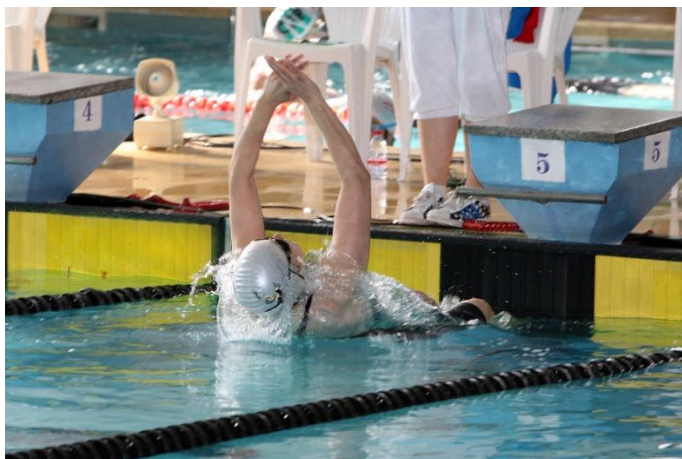
Nas aulas de natação multidisciplinar competitiva, a ENV esteve presente em 8 encontros de escolas de natação, nas modalidades de natação pura e de pólo aquático.

No campo da Aquafitness, realizou 9 aulas temáticas em Hidroginástica e duas aulas temáticas em Hidrosénior.

Este ano, as atividades realizadas foram um êxito e acrescentamos a atividade “CRIANÇA ATIVA, ADULTO SAUDÁVEL!” realizada no dia mundial da ATIVIDADE FÍSICA. Esta atividade consistiu em dar oportunidade ao maior número de alunos do conselho para vivenciarem uma experiência no meio aquático. Participaram crianças de vários infantários e escolas do concelho, bem como os nossos alunos de Hidrosénior e Hidroginástica. Estiveram envolvidos na atividade mais de 400 pessoas (crianças e adultos). Realizou-se em Junho, a Maior Aula de Natação do Mundo com a presença de 170 participantes.

Os Cursos Intensivos Safer in Water de Páscoa foram uma novidade deste ano e demos continuidade ao curso de Verão e aos Cursos de Surf “VitóriaSurf”.

A ENV começa a evidenciar as suas mais valias no ensino da natação infantil e natação adultos registando um aumento significativo no número de crianças e bebés que frequentam a nossa escola com um aumento de 16%.





Atletismo

No Atletismo do VSC ficará marcada como a época do “Bronze Olímpico”, o Atleta Manuel Mendes para além de arrecadar o 3º lugar nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro foi novamente consagrado de Campeão Nacional no campeonato nacional de estrada.

Ao longo deste ano desportivo o atletismo do Vitória esteve presente em 33 provas nacionais e 4 internacionais nas categorias, de 10km (Mini-Maratona), 21km (Meia-Maratona) e 42km (Maratona).



Competições:

Mini Maratona	Meia Maratona	Maratona
Grande Prémio S. Pedro – Póvoa de Varzim	Meia Maratona Jesuítas	Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro – Brasil
Campeonato Nacional de Estrada – Oeiras	Meia Maratona Amarante	Maratona de Amesterdão
Campeonato Nacional de Fundo – Lisboa	Meia Maratona Famalicão	Maratona do Porto
Corrida do Atlântico – Matosinhos	Meia Maratona de Guimarães	Maratona de Amesterdão
Corrida das Taipas – Guimarães	Meia Maratona de Lisboa	Maratona de Londres
Corrida do dia do Pai – Porto	Meia Maratona de Ovar	Meia Maratona Vigo – Baiona
Corrida Pelo Património – Guimarães	Meia Maratona de Braga	Maratona de Lisboa
S. Silvestre – St. Tirso	Meia Maratona de Nazaré	
S. Silvestre do Porto – Porto	Meia Maratona do Dão – Viseu	
S. Silvestre de Braga	Meia Maratona	
Corrida Famalicão – Joane	Meia Maratona Douro Vinhateiro - Régua	
Marginal Vila do Conde – Póvoa		
Marginal do Douro – Porto		
Corrida Fernanda Ribeiro		
Corrida S. Martinho - Arco do Baúlhe		
Corrida Vinhós		
Corrida de S. João – Porto		
Corrida Family Race - Porto		



Basquetebol

O Basquetebol foi representado por uma estrutura técnica de 39 pessoas (Dirigentes, Seccionistas, Fisioterapeutas, Preparadores Físicos, etc) para apoiarem 173 atletas federados

Descrição dos escalões:

- Os Séniores Masculinos, são constituídos por 14 atletas, destes, 2 são de Guimarães e outros 4 estudam em Guimarães;
- Os Séniores B Masculinos, são constituídos por 13 atletas, 7 atletas Séniores e 6 Sub18;
- Os Séniores Femininos, são constituídos por 18 atletas, é composta por 13 atletas séniores e 5 atletas juniores, 12 atletas são de Guimarães e fruto da formação do Vitória Sport Clube e 4 atletas de outros pontos do país e ainda 1 atleta norte americana;
- Os Sub18 Masculinos, são constituídos por 18 atletas;
- Os Sub19 Femininos, são constituídos por 14 atletas;
- Os Sub16 Masculinos, são constituídos por 22 atletas, esta formação dividiu-se em duas equipas (equipa A e equipa B);
- Os Sub16 Femininos, são constituídos por 10 atletas;
- Os Sub14 Masculinos, são constituídos por 16 atletas;
- Os Sub14 Femininos, são constituídos por 7 atletas;
- O Minibasquete, é constituído por 49 atletas, composta por atletas sub12, sub10 e sub8.



Quadro de atletas:

Escalão	Masculinos	Femininos	Total
Séniores	27	18	45
Sub19		14	14
Sub18	18		18
Sub16	22	10	32
Sub14	16	7	23
Minibasquete	39	10	49
Total	122	59	181



Competições:

Escalão	Prova	Resultado
Séniores Masculinos	XIV Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol	Meia-Final dos Playoffs
	LXVIII Taça de Portugal	Meia-Final
Séniores B Masculinos	IV Campeonato Nacional 1ª Divisão	6º lugar do grupo norte
	II Taça Nacional de Séniores Masculinos	2º lugar do grupo
Séniores Femininos	LII Campeonato Nacional 1ª Divisão	Campeã Nacional
	LI Taça de Portugal Feminina	2ª eliminatória
Sub19 Femininos	Campeãs Distritais	
	XXXI Campeonato Nacional sub19 Fem.	8º lugar da zona norte
Sub18 Masculinos	Campeonato Regional	2º lugar
	Taça Nacional	4º lugar da 1ª fase
	Torneio Inter-Associações	1º lugar do grupo
Sub16 Masculinos	Vice-Campeões Distritais	
Equipa A sub16	XV Taça Nacional	4º lugar da zona norte
	Torneio Inter-Associações	1º lugar do grupo
Equipa B sub16	Taça do Minho	2º lugar
Sub16 Femininos	Campeãs Distritais	
	XXIX Campeonato Nacional sub16 Fem.	8º lugar da zona norte
Sub14 Masculinos	Vice-Campeã Distrital	
	Campeonato Regional	5º lugar
	Taça do Minho	3º lugar
Sub14 Fem.	Campeãs Distrital	
	Torneio Inter-Associações	2º lugar da 1ª fase
Sub12	Campeonato Distrital sub12	6º lugar da fase regular

O Minibasquete participou também em 8 Concentrações Distritais da ABB, tanto em Sub12, como Sub10 e em 10 Torneios Oficiais, como convidados. Além disso, organizaram o 7º Torneio de Carnaval (com a participação de 7 equipas, 1 do distrito de Braga, 5 do Distrito do Porto, 1 de Espanha).



Participação nas seleções (nacionais/regionais):

- 2 atletas dos Séniores Masculinos foram convocados para a Seleção Nacional;
- 1 atleta das Séniores Femininas foi convocada para a Seleção Nacional de sub20;
- 4 atletas dos sub16 Masculinos foram convocados para a Seleção Distrital de Braga;
- 5 atletas das sub16 Femininas foram convocadas para a Seleção Distrital de Braga;
- 4 atletas dos sub14 Masculinos foram convocados para a Seleção Distrital de Braga;
- 4 atletas das sub14 Femininas foram convocadas para a Seleção Distrital de Braga.



Boxe Olímpico

No Boxe Olímpico do VSC obteve de 3 títulos regionais individuais e 2 títulos de campeões nacionais individuais.



Competições:

Escalão/Atleta	Prova	Resultado
Daniel Silva	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Vitória
Rodrigo Freitas	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Derrota
Domingos Teixeira	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Derrota
Pedro Santos	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Derrota
José Lima	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Vitória
António Peixoto	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Vitória
Porfírio Magalhães	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Vitória
Sofia Oliveira	Campeonato Regional	Campeã Regional
Sofia Lobo	Campeonato Regional	Campeã Regional
Carlos Faria	Campeonato Regional	Campeão Regional
Vítor Ribeiro	Campeonato Regional	2º lugar
Juniores femininos	Campeonato Regional	Vice-campeãs
Sofia Oliveira	Campeonato Nacional	1º lugar
Sofia Lobo	Campeonato Nacional	1º lugar
João Ferreira	Torneio Internacional de Boxe em Espanha	Derrota
António Peixoto	Torneio Internacional de Boxe em Espanha	Vitória
Daniel Silva	Competição em León	Derrota
Bele Magalhães	Competição em León	Vitória
Nuno Mendes	Competição em León	Empate
António Sousa	Competição Internacional em Basileia	Vitória
Domingos Teixeira	Competição organizada pelo Benfica	Vitória
Nuno Mendes	Competição organizada pelo Benfica	Derrota
Jorge Cardoso	Competição organizada pelo Benfica	Vitória
Daniel Silva	Competição organizada pelo Benfica	Derrota
Porfírio Magalhães	Competição organizada pelo Benfica	Derrota

Títulos:

- Regionais – 3
- Nacionais - 2



Jiu-Jitsu

O Jiu-Jitsu foi representado por uma estrutura técnica de 6 pessoas (Dirigentes, Seccionistas, Fisioterapeutas, Preparadores Físicos, etc) para apoiarem 100 atletas federados.

Competições:

Escalão/Atleta	Prova	Resultado
4 atletas	Europeu 2016	3 Campeões Europeus
10 atletas	Campeonato Português	Vários campeões e vice-campeões
2 atletas	Mundial Profissional	3º e 4º lugar
Vários atletas	GrandSlam de Matosinhos	Vários títulos e alguns 2º e 3º lugares
Vários atletas	Campeonato Nacional	5 campeões nacionais, 2º e 3º
2 atletas	Europeu 2017	1 Vice-campeão Europeu

Em suma, o Jiu-Jitsu com menos de 3 anos de atividade, tem vindo a obter excelentes resultados, como vários campeões em diversos campeonatos, opens, torneios inclusive 3 Campeões Europeus, Vice-Campeões Europeus e conseguindo também o 2º Bronze da modalidade numa prova Mundial.





Judo



O Judo participa em toda a época desportiva nos campeonatos Regionais e Nacionais de Judo, em todos os escalões etários (Juvenis, Cadetes, Júniores e Seniores). Participa também em torneios regionais e nacionais para os escalões Infantis e Iniciados.

Promove também a integração dos atletas com deficiência, participando nos campeonatos nacionais

de Judo Adaptado para a deficiência, e nos campeonatos internacionais desta especificidade.

Competições:

Prova	Data
Taça de Portugal de Judo Adaptado – Águeda	Setembro 2016
Torneio Nacional CERCIAAG	Setembro 2016
Campeonato Zonal de Seniores – Guarda	Outubro 2016
Torneio Infantil e Juvenil de Ponte – Guimarães	Novembro 2016
Torneio Infantil e Juvenil Colegio La Salle – Barcelos	Dezembro 2016
Campeonato Zonal de Cadetes – Viseu	Janeiro 2017
Estágio internacional de Valença	Janeiro 2017
Torneio Infantil e Juvenil de Ronfe - Guimarães	Fevereiro 2017
Open Nacional de Judo Adaptado de Guimarães	Fevereiro 2017
Campeonato Zonal de Júniores – Valença	Março 2017
Estágio Internacional “Sergei olinic” – Matosinhos	Março 2017
Campeonato Nacional de Júniores – Coimbra	Abril 2017
Estágio Vitoria Sport Clube – Guimarães	Abril 2017
Torneio Infantil e Juvenil de Pevidem – Guimarães	Maio 2017
Campeonato Nacional de Judo Adaptado – Guimarães	Maio 2017
Campeonato Zonal de Juvenis – Aveiro	Maio 2017
Torneio Infantil e Juvenil de Fão – Esposende	Maio 2017
Campeonato Nacional de Juvenis – Lisboa	Junho 2017
Torneio Infantil e Juvenil Casa Menino Deus - Barcelos	Junho 2017



Kickboxing

O Kickboxing obteve de 14 títulos regionais individuais e 11 nacionais. conquistamos o título de equipa campeão nacional e regional. Os nossos atletas a cumprirem quase na totalidade os objetivos a que nos tínhamos proposto que para além de todos os títulos obtivemos inúmeras vitórias dentro e fora de Portugal nas variadíssimas competições em que participamos.



Competições:

Escalão/Atleta	Prova	Resultado
Danilo Oliveira	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Vitória
Pedro Ferreira	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Derrota
Daniel Silva	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Vitória
Vítor Ribeiro	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Derrota
Porfírio Magalhães	Torneio no pavilhão do V.S.C.	Derrota
Nuno Mendes	Torneio em Celourico de Basto	Vitória
Danilo Oliveira	Torneio	Vitória
Vítor Ribeiro	Torneio	Vitória
Jorge Cardoso	Torneio	Vitória
Porfírio Magalhães	Competição de Kickboxing	Vitória
Carlos Faria	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
Carlos Silva	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
Vítor Ribeiro	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
Rodrigo Freitas	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
Daniel Silva	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
José Lima	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
Domingos Teixeira	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
João Ferreira	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
Jorge Cardoso	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar



CONQUISTADORES

António Peixoto	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
Nuno Mendes	Campeonato Regional de Kickboxing	1º lugar
Miguel Rodrigues	Campeonato Regional de Kickboxing	2º lugar
Jorge Cardoso	Competição organizada pelo V.S.C.	Vitória
Miguel Rodrigues	Competição organizada pelo V.S.C.	Vitória
Beatriz Araújo	Campeonato Regional Light-Kickboxing	1º lugar
João Teixeira	Campeonato Regional Light-Kickboxing	1º lugar
Ruben Santos	Campeonato Regional Light-Kickboxing	1º lugar
Filipe Martins	Campeonato Regional Light-Kickboxing	2º lugar
Soraia Pereira	Campeonato Regional Light-Kickboxing	3º lugar
Danilo Oliveira	Campeonato Regional Light-Kickboxing	3º lugar
Diogo Teixeira	Campeonato Regional Light-Kickboxing	3º lugar
Teodoro Atton	Campeonato Regional Light-Kickboxing	3º lugar
Pedro Campelos	Campeonato Regional Light-Kickboxing	3º lugar
Miguel Faria	Campeonato Regional Light-Kickboxing	3º lugar
Luís Teixeira	Campeonato Regional Light-Kickboxing	3º lugar
Jorge Cardoso	Competição em Espanha	Vitória
Ângela	Competição em Espanha	Derrota
António Sousa	Evento na Cooper Box Arena	Derrota
Vítor Ribeiro	Campeonato Mundial de Muay-Thai	
Miguel Trindade	Campeonato Mundial de Muay-Thai	2º lugar
Carlos Faria	Campeonato Nacional de Muay-Thai	Campeão Nacional
Vítor Ribeiro	Campeonato Nacional de Muay-Thai	Campeão Nacional
Fabício Araújo	Campeonato Nacional de Muay-Thai	Campeão Nacional
Jorge Cardoso	Campeonato Nacional de Muay-Thai	Campeão Nacional
Jorge Cardoso	Campeonato Europeu	
Vítor Ribeiro	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
Carlos Faria	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
Carlos Silva	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
João Teixeira	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
Rodrigo Freitas	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
Daniel Silva	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar



CONQUISTADORES

Bele Magalhães	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
Domingos Teixeira	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
João Ferreira	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
Jorge Cardoso	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
António Peixoto	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
Nuno Mendes	Campeonato Nacional Kickboxing	1º lugar
Filipe Martins	Campeonato Nacional Kickboxing	2º lugar
Ruben Ferreira	Campeonato Nacional Kickboxing	3º lugar
Beatriz Araújo	Campeonato Nacional Kickboxing	3º lugar

Títulos:

- Regionais – 14
- Nacionais - 11
- Regional por Equipas
- Nacional por Equipas



Natação

A Natação foi representado por uma estrutura técnica de 6 pessoas (Dirigentes, Seccionistas, Fisioterapeutas, Preparadores Físicos, etc) para apoiarem 73 atletas federados, e teve a sua atividade centrada nas piscinas do Vitória.



Quadro de atletas:

Escalão	Masculinos	Femininos	Total
Masters	12		12
Séniores	4		4
Juniores	3	5	8
Juvenis	6	6	12
Infantis	9	5	14
Cadetes	6	5	11
Pré-cadetes	4	1	5
Adaptada	3		3
Total	47	22	69

Competições:

Campeonatos	1º	2º	3º	Totais
Nacionais	6	2	2	10
Zonais	2	1	1	4
Regionais	34	25	20	79
Total	28	29	40	83

Em suma, a secção de Natação do VSC participou num total de 62 competições, tendo conseguido arrecadar 10 títulos nacionais, 4 títulos zonais e 79 títulos regionais.



Polo Aquático

O Pólo Aquático foi representado por uma estrutura técnica de 6 pessoas (Dirigentes, Seccionistas, Fisioterapeutas, Preparadores Físicos, etc).



Competições:

Escalão	Prova	Resultado
Séniores	Campeonato Nacional 1ª divisão	6º lugar na 1ª fase, invencíveis na 2ª fase
	Taça de Portugal	Meias-finais
Juniores(sub19)	Campeonato Regional sub19	2º lugar
	Campeonato Nacional	
Juvenis(sub17)	Campeonato Regional sub17	5º lugar
Infantis(sub15)	Campeonato Regional de infantis	5º lugar
Cadetes(sub13)	Campeonato Regional de cadetes mistos	6º lugar
	Campeonato Nacional	

Participação nas seleções (nacionais/regionais):

- Os atletas João Costa, João Camacho e Afonso Magalhães foram convocados para a seleção regional de sub15

Outros eventos:

A secção de Polo-aquático do VSC esteve também presente em:

- Apresentação das equipas em outubro de 2016
- Promoção e divulgação da modalidade de Polo Aquático nas escolas de Santa Luzia e Mascotelos, em março e maio, respetivamente.
- Participação nos encontros de mini-polo na Póvoa Varzim (Varzim Lazer) e no Porto (Dragon Force)
- Realização de um encontro local de Mini-Polo na ENV



Taekwondo

O Taekwondo do VSC foi representada por uma estrutura técnica de 2 treinadores e constituída por 26 atletas.

Quadro de atletas:

Escalão	Total
Adultos	8
Cadetes	18
Total	26

Competições:

Escalão	Prova	Resultado
2 Atletas do escalão Adulto	Campeonato Nacional Universitário	2º e 4º lugar





Ténis de Mesa

O Ténis de Mesa foi representado por uma estrutura técnica de 2 dirigentes/técnicos para apoiarem 19 atletas federados.

Quadro de atletas:

Escalão	Total
Veteranos	6
Adultos	4
Juniores	3
Infantis	3
Cadetes	3
Total	19



Competições:

Escalão	Prova	Resultado
Veteranos	Campeonato Nacional equipas	3º lugar
	Campeonato Nacional individuais	3º e 4º lugar
Séniores	Campeonato Nacional 2ª divisão de Honra	3º lugar
	Taça de Portugal fase regional	Apurados para fase nacional
	Campeonato Regional de pares	4º e 6º lugar
	Torneio Nacional na Póvoa de Varzim	Quadro final
	Torneio Nacional em Vizela	Ali Boada Vencedor
	Campeonato Regional individuais	3º e 4º lugar
Juniores	Campeonato Regional individuais	Pedro Gonçalves Vice-campeão e 8º lugar
Cadetes	Campeonato Regional individuais	5º, 7º e 9º lugar
Juniores, Cadetes e Infantis	Torneio Nacional na Maia	Quadro final
	Torneio Nacional na Póvoa de Varzim	Quadro final
	Torneio Nacional em Vizela	Quadro final
	Torneio Nacional em Gaia	Quadro final



Voleibol



O Voleibol foi representada por uma estrutura técnica de 17 seccionista e 14 técnicos que dão formação a 167 atletas e teve a sua atividade centrada em 8 pavilhões desportivos para prática da modalidade (treinos e jogos). A frequência de treinos é variável de escalão para escalão e vão do mínimo de 2 treinos semanais até ao máximo de 5 treinos semanais.

Quadro de atletas:

Escalão	Masculinos	Femininos	Total
Séniore	17	16	33
Juniore		14	14
Juvenis		12	12
Cadetes		11	11
Iniciados		16	16
Infantis		16	16
Mikeys, Minis A, Minis B			65
Totais			167

Competições:

Escalão	Prova	Resultado
Séniore Masculino	Campeonato Nacional 1ª divisão A1	5º lugar
	Taça de Portugal	Oitavos de final
	Torneio do Ginásio Clube de Santo Tirso	3º lugar
	Torneio do S.C. Espinho	2º lugar
Séniore Feminino	1ª fase do Campeonato Nacional da 2ª divisão	3º lugar
	Série dos últimos do campeonato Nacional	3º lugar
	Taça de Portugal	Oitavos de final
Juniore Feminino	Campeonato Inter-Regional	2º lugar
	1ª fase Campeonato Nacional	3º lugar
	Taça da Associação de Voleibol de Braga	1º lugar



Juvenis Femininos	Campeonato Inter-Regional	2º lugar
	1ª fase Campeonato Nacional	2º lugar
	Fase final 8 Campeonato Nacional	4º lugar
	Taça da Associação de Voleibol de Braga	1º lugar
	Campeãs regionais da Associação de Voleibol de Braga	
Cadetes Femininos	Campeonato Inter-Regional	5º lugar
	1ª fase 75º Torneio da A.V.P.	3º lugar
	Série dos primeiros do 75º torneio da A.V.P.	2º lugar
	Taça da Associação de Voleibol de Braga	Meias-finais
Iniciados Femininos	1ª fase do Campeonato Inter-Regional	2º lugar
	Série dos primeiros do Campeonato Inter-Regional	5º lugar
	1ª fase do 75º Torneio da A.V.P.	4º lugar
	Série dos quartos do 75º Torneio da A.V.P.	3º lugar
	Taça da Associação de Voleibol de Braga	Meias-finais
Infantis Femininos	Campeonato Inter-Regional	5º lugar
	1ª fase 75º Torneio da A.V.P.	3º lugar
	Série dos terceiros do 75º Torneio da A.V.P.	3º lugar
	Taça da Associação de Voleibol de Braga	1ª eliminatória
Minis B Femininos	Torneio de 6x6 da Associação de Voleibol do Porto	2º lugar
	Campeãs regionais da Associação de Voleibol de Braga	
Mickeys, Minis A, Minis B	Torneios de Minivoleibol nas Associações do Porto e Braga	

Em suma, a secção de voleibol do VSC participou num total de 31 competições, tendo conseguido arrecadar 3 títulos regionais.

Outros eventos:

No âmbito social vamos continuar a promover a divulgação da modalidade junto da comunidade escolar do concelho de Guimarães, com visitas dos nossos atletas seniores aos agrupamentos escolares do município.

Organizamos o Torneio Quadrangular 5 de Outubro nos escalões de Iniciados e Cadetes Femininos.

Organizamos o I Torneio 24H de duplas com o intuito de promover a modalidade numa outra vertente de 2x2. Organizamos ao longo da época 2 torneios da Associação de Voleibol do Porto e 3 torneios da Associação de Voleibol de Braga, sendo um deles a fase final da Associação de Voleibol de Braga na área do minivoleibol.



PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. Balanço

VITORIA SPORT CLUBE

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2017 e 2016

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30-06-2017	30-06-2016
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	6.1; 9.1	31.607.499,68	32.428.297,50
Participações financeiras - MEP	8.1	908.785,53	0,00
Creditos a receber	5.2; 8.1	2.795.247,56	3.193.572,69
		35.311.532,77	35.621.870,19
Ativo Corrente			
Inventários	9.1; 10; 19.1	217,94	385,55
Clientes	9.1; 11.1	122.001,15	33.030,58
Estado e Outros entes públicos		0,00	3.220,24
Outros creditos a receber	14	197.177,36	331.510,50
Caixa e depósitos bancários	4.2; 11.1	166.019,29	69.862,21
		485.415,74	438.009,08
Total do Ativo		35.796.948,51	36.059.879,27
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Outras reservas		14.392.550,60	14.392.550,60
Resultados transitados		-18.910.157,37	-19.261.569,04
Excedentes de revalorização	6.2; 16.1	29.233.153,13	29.838.802,51
Outras variações nos fundos patrimoniais	16.3	360.681,71	513.807,36
		25.076.228,07	25.483.591,43
Resultado liquido do período		798.005,72	-254.237,71
Total do Fundo Patrimonial		25.874.233,79	25.229.353,72
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos obtidos	11.1; 13	4.950.430,76	5.402.315,47
Fornecedores	11.1	141.082,38	458.859,77
Estado e outros entes públicos	11.1; 12	2.447.445,66	2.670.106,59
Outras dividas a pagar		0,00	1.250,00
		7.538.958,80	8.532.531,83
Passivo Corrente			
Provisão			0,00
Fornecedores	11.1	445.015,01	364.438,18
Estado e outros entes públicos	11.1; 12	580.867,13	491.833,21
Financiamentos obtidos	11.1; 13	439.709,96	480.443,37
Outras dividas a pagar	11.1; 14	867.065,82	913.054,46
Diferimentos	15	51.098,00	48.224,50
		2.383.755,92	2.297.993,72
Total do Passivo		9.922.714,72	10.830.525,55
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		35.796.948,51	36.059.879,27

Guimarães, 4 de setembro de 2017

A Contabilista Certificada

A Direção



2. Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 e 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		30-06-2017	30-06-2016
Vendas e serviços prestados	17	3.583.418,40	3.342.973,01
Subsídios à exploração	18	224.026,18	113.013,31
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	8.1	906.235,53	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.1	-473,16	-241,69
Fornecimentos e serviços externos	19.2	-2.139.451,85	-1.956.115,97
Gastos com o pessoal	19.3	-962.177,63	-1.001.470,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.2; 19.4	-6.970,97	45.143,07
Outros rendimentos e ganhos	19.5	590.760,75	543.249,28
Outros gastos e perdas	19.6	-305.876,50	-114.457,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.889.490,75	972.092,84
Gastos/reversões de depreciação e amortização	6.1; 19.7	-838.197,81	-881.917,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.051.292,94	90.175,22
Juros e rendimentos similares obtidos	19.8	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-253.287,22	-344.412,93
Resultado antes de impostos		798.005,72	-254.237,71
Resultado líquido do período		798.005,72	-254.237,71

Guimarães, 4 de setembro de 2017

A Contabilista Certificada

A Direção



3. Anexo ao Exercício 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

O Vitória Sport Clube, pessoa coletiva número 501 144 013, é uma agremiação desportiva reconhecida como Instituição de Utilidade Pública Desportiva, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, conforme consta do despacho publicado no Diário da República, II Série, n.º 163 de 18 de julho de 1981, com sede na Rua Antero Henriques da Silva, Guimarães. Foi constituída em 22 de setembro de 1922, e tem como principal atividade a prática de desporto.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2016 as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.



Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

No decurso do exercício em análise procedeu-se ao registo da informação em conformidade com a norma contabilística de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, isto é, as demonstrações financeiras de 2016 foram apresentadas de acordo com a norma supra referida.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF), a saber:

Pressuposto de continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes



recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas de devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância do ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a entidade. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



b) Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Tipo	Anos médios de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10-20
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	4
Equipamento de transporte	3-5
Outros ativos fixos tangíveis	3-20

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista. As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela



diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas encontram-se refletidas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

Ativos intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. São registadas como gastos do período as despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens que varia entre 3 e 5 anos.

O valor residual de um ativo intangível com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os investimentos financeiros são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando



a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade.

Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

Inventários

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais. Os Inventários que a entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos instrumentos financeiros com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com alterações no risco segurado; alterações na taxa de câmbio; entrada em incumprimento de uma das partes;

Clientes e outras contas a receber

Os clientes/utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade. À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e depósito bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.



Fundos patrimoniais

A rubrica fundos patrimoniais constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os fundos patrimoniais são compostos por: ▫ fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros; ▫ fundos acumulados e outros excedentes; ▫ subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos do período, constando na demonstração dos resultados na rubrica juros e gastos similares suportados.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis que se encontram na entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu



reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1 das políticas de reconhecimento e mensuração. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do regime do acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia). Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

O rendimento global sujeito a imposto nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, provenientes de pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, mencionado n.º 1 do art.º 53 do CIRC é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das várias categorias determinados nos termos do IRS, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, aplicando-se à determinação do lucro tributável as disposições deste Código.

No entanto o artigo 54.º do CIRC menciona que:

1 — Os gastos comprovadamente indispensáveis à obtenção dos rendimentos que não tenham sido considerados na determinação do rendimento global nos termos do artigo anterior e que não estejam especificamente ligados à obtenção dos rendimentos não sujeitos ou isentos de IRC são deduzidos, no todo ou em parte, a esse rendimento global, para efeitos de determinação da matéria coletável, de acordo com as seguintes regras:

a) Se estiverem apenas ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, são deduzidos na totalidade ao rendimento global;

b) Se estiverem ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, bem como à de rendimentos não sujeitos ou isentos, deduz-se ao rendimento global a parte dos gastos comuns que for imputável aos rendimentos sujeitos e não isentos.

2 — Para efeitos do disposto na alínea b) do número anterior, a parte dos gastos comuns a imputar é determinada através da repartição proporcional daqueles ao total dos rendimentos brutos sujeitos e não



isentos e dos rendimentos não sujeitos ou isentos, ou de acordo com outro critério considerado mais adequado aceite pela Direcção-Geral dos Impostos, devendo evidenciar-se essa repartição na declaração de rendimentos.

3 — Consideram-se rendimentos não sujeitos a IRC as quotas pagas pelos associados em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários.

4 — Consideram-se rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários.

Assim, os rendimentos provenientes de pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Rédito e especialização dos exercícios:

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. Desta forma, as vendas de produtos são reconhecidas apenas quando expedidas para o cliente. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os rendimentos relativos à prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data da demonstração da posição financeira. As receitas com dividendos são reconhecidas quando é atribuído aos sócios ou accionistas o direito de os receberem. Os rendimentos com juros são reconhecidos pelo princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o montante a receber e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade. O clube regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas outras contas a receber correntes e outras contas a pagar correntes.

Ativos e passivos contingentes:



Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Eventos subsequentes:

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

3.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da demonstração da posição financeira. Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que o clube considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

**Imposto sobre o Rendimento:**

O clube reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Risco de Crédito:

O clube gere os riscos de crédito na carteira de saldos a receber através de análises de risco aquando da abertura de crédito para novos clientes e da sua revisão regular.

Pela natureza intrínseca dos seus clientes, não se encontram disponíveis de forma generalizada ratings de crédito para a carteira, que permitam a sua categorização e análise enquanto população homogénea. Desta forma, são recolhidos elementos do comportamento financeiro dos clientes através de contactos regulares, bem como através de contactos com outras entidades envolvidas na relação comercial.

Reconhecimento de provisões e imparidades:

Nos casos em que o clube é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. As imparidades em contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente e em períodos futuros

Não existem quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente quer dos períodos futuros.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores, com indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período

Não existem quaisquer erros materialmente relevantes de períodos anteriores, com impacto nas demonstrações financeiras do período.



3.5 - Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória):

a) Explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF -ESNL afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados

O Clube aplicou a norma já no ano anterior.

4. FLUXOS DE CAIXA:

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		30-06-2017			30-06-2016		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa		10.823,22		10.823,22	7.319,64		7.319,64
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	155.196,07		155.196,07	62.542,57		62.542,57
Totais		166.019,29		166.019,29	69.862,21		69.862,21

5. PARTES RELACIONADAS:

5.1 — Relacionamento com empresas-mãe:

Nomes das empresas subsidiárias:

- VITÓRIA SPORT CLUBE, FUTEBOL SAD
- VITÓRIA SPORT CLUBE - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA.



5.2 — Transações entre partes relacionadas:

Transações com as partes relacionadas	30-06-2017		
	Prestações Serviços		Outros (FSE)*
Vitoria Sport Clube – Fut., SAD	790.088,00		(1.103.150,31)
Vitoria Sport Clube – Mediação Seguros, Lda.	0,00		0,00
Totais	790.088,00		(1.103.150,31)

*Inclui IVA suportado no valor de 135.432,68€

Transações com as partes relacionadas	30-06-2016		
	Prestações Serviços		Outros (FSE)*
Vitoria Sport Clube – Fut., SAD	1.008.818,66		(992.520,68)
Vitoria Sport Clube – Mediação Seguros, Lda.	0,00		0,00
Totais	1.008.818,66		(992.520,68)

*Inclui IVA suportado no valor de 108.927,86€

Os saldos com empresas relacionadas, ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes, e gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, decompõem-se como segue:

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas	30-06-2017					
	Saldos pendentes em 30-06-2017			Perdas por imparidade		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
	Cliente	Forn	Outro devedor credor	Reforços ou reversões	Quantias acumuladas no fim do período	
Vitoria Sport Clube – Fut., SAD			2.795.247,56			
Vitoria Sport Clube – Mediação Seguros, Lda.						



Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas	30-06-2016					
	Saldos pendentes em 30-06-2017			Perdas por imparidade		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
	Cliente	Forn	Outro devedor credor	Reforços ou reversões	Quantias acumuladas no fim do período	
Vitoria Sport Clube – Fut., SAD			3.193.572,69			
Vitoria Sport Clube – Mediação Seguros, Lda.						

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

6.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edif. e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis
Vidas úteis	25-50	4-20	4-10	5-20
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

No decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016, o movimento ocorrido no valor dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade, foi conforme segue:



Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Em 30-06-2016	Quantias brutas	9.014.780,16	45.417.980,75	1.167.198,48	342.415,53	513.860,05	56.581.361,87
	Depreciações acumuladas	0,00	-22.114.743,64	-1.088.080,73	-342.415,53	-482.697,57	-23.284.840,98
	Quantias líquidas	9.014.780,16	23.303.237,11	79.117,75	0,00	31.162,48	33.296.520,89
Adições							
Aquisições em 1.ª mão			16.373,60	1.026,79			17.399,99
Diminuições							
Depreciações			-799.985,04	-27.750,32	-279,58	-15.442,68	-843.457,62
Alienações/Abates – Amort. Acum.					5.259,81		5.259,81
Em 30-06-2017	Quantias brutas	9.014.780,16	45.434.353,95	1.168.225,27	342.415,53	513.860,05	56.473.34,96
	Depreciações acumuladas	0,00	-22.914.728,68	-1.115.831,05	-337.435,30	-498.140,25	-24.866.135,28
	Quantias líquidas	9.014.780,16	22.519.625,27	52.394,22	4.980,23	15.719,80	31.607.499,68

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Em 30-06-2015	Quantias brutas	9.014.780,16	45.414.243,29	1.283.687,41	358.494,95	510.156,06	56.581.361,87
	Depreciações acumuladas	0,00	-21.274.842,24	-1.181.331,81	-358.494,95	-470.171,98	-23.284.840,98
	Quantias líquidas	9.014.780,16	24.139.401,05	102.355,60	0,00	39.984,08	33.296.520,89
Adições							
Aquisições em 1.ª mão			3.737,46	5.980,36		3.976,41	13.694,23
Diminuições							
Depreciações			-839.901,40	-29.218,21		-12.798,01	881.917,62
Abates				-122.469,29	-16.079,42	-272,42	138.821,13
Alienações/Abates – Amort. Acum.				122.469,29	16.079,42	272,42	138.821,13
Em 30-06-2016	Quantias brutas	9.014.780,16	45.417.980,75	1.167.198,48	342.415,53	513.860,05	56.456.234,97
	Depreciações acumuladas	0,00	-22.114.743,64	-1.088.080,73	-342.415,53	-482.697,57	-24.027.937,47
	Quantias líquidas	9.014.780,16	23.303.237,11	79.117,75	0,00	31.162,48	32.428.297,50



6.2 - Para os itens do ativo fixo tangíveis expressos por quantias revalorizadas:

Ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções
Datas de eficácia das revalorizações	1992/1998	1991/1992/1998
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	DL 264/92 de 24 de novembro e DL 31/98 de 11 de fevereiro	DL 49/91 de 25 de janeiro; DL 264/92 de 24 de novembro e DL 31/98 de 11 de fevereiro

6.3 - Existências e quantias escrituradas de ativos tangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos tangíveis dados como garantia de passivos:

Ativos tangíveis cuja titularidade está restringida e/ ou dados como garantia de passivos		Ativos tangíveis dados c/ garantia de passivos	
		Forma das Garantias	Passivos garantidos
			Natureza dos Passivos
30-06-2017	Prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 1379 e Prédio Rústico registado na Conservatória sob o n.º 236/050392	Hipoteca	Financiamento bancário - BES
	Prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 1583 - fração D e descrito na Conservatória sob o n.º 395/20050311 e 1516/20050311	Hipoteca Legal	Dívidas fiscais – IVA Piscinas/IRS
	Estádio Desportivo; inscrito na matriz predial sob o n.º 1516 registado na conservatória sob o n.º 395	Hipoteca Voluntária	Contribuições Sociais - PEC
		Hipoteca Legal	Dívidas Fiscais - PEC



7. ATIVOS INTANGÍVEIS:

7.1 - Divulgações sobre ativos intangíveis:

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Programas de Computador
Finitas	Vidas úteis	3
	Métodos de amortização	Quotas Constantes

No decurso do exercício findo em 30 de junho de 2017, não ocorreu qualquer alteração na conta de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade, foi conforme segue:

Ativos Intangíveis		Programas de Computador	Totais
Em 30-06-2016	Quantias brutas escrituradas	1.321,33	1.321,33
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.321,33)	(1.321,33)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0.00
Adições			
Aquisições em 1º Mão		0,00	0,00
Diminuições			
Depreciações		0,00	0,00
Alienações / Abates			
Alienações - Amortizações Acumuladas			
Em 30-06-2017	Quantias brutas escrituradas	1.321,33	1.321,33
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.321,33)	(1.321,33)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00



8. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO:

8.1 - Nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe que, nos termos legais, esteja dispensada de elaborar contas consolidadas:

Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas		30-06-2017				
		País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
			Porcentagem de interesse detido	Porcentagem nos direitos de voto		
Subsidiárias	VSC FUTEBOL SAD	PT	40,00%	360.000 Ações Categoria A	MEP	904.998,20
	VSC – Mediação de Seguros, Lda.	PT	51,00%		MEP	1.237,33
	Subtotais					906.235,53
Totais						906.235,53

Quantia escriturada e movimento do período método de equivalência patrimonial		Investimentos em subsidiárias	Total dos ativos
Em 01-07-2016	Quantias brutas escrituradas		
	Efeitos decorrentes de empréstimos	3.193.572,69	3.193.572,69
	Quantias líquidas escrituradas		
Movimentos do período			
Aquisições através de concentrações empresariais		2.550,00	2.550,00
Outras aquisições			
Parte do investidor nos resultados		906.235,53	906.235,53
Distribuições recebidas da investida			
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos		(398.325,13)	(398.325,13)
Outros movimentos do período			
Quantia líquida escriturada final 30-06-2017		3.704.033,09	3.704.033,09



Quantia escriturada e movimento do período método de equivalência patrimonial		Investimentos em subsidiárias	Total dos ativos
Em 01-07- 2015	Quantias brutas escrituradas		
	Efeitos decorrentes de empréstimos	5.638.358,01	5.638.358,01
	Quantias líquidas escrituradas		
Movimentos do período			
Aquisições através de concentrações empresariais			
Outras aquisições			
Parte do investidor nos resultados			
Distribuições recebidas da investida			
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos		(2.444.785,32)	(2.444.785,32)
Outros movimentos do período			
Quantia líquida escriturada final 30-06-2016		3.193.572,69	3.193.572,69

9. IMPARIDADE DE ATIVOS:

9.1 - Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade:

	30-06-2017			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos fixos tangíveis	56.473.634,96	(24.866.135,28)		31.607.499,68
Ativos intangíveis	1.231,33	(1.231,33)		0,00
Inventários	217,94			217,94
Clientes	593.737,48		(471.736,33)	122.001,15
Outros créditos a receber	335.375,20		(138.197,84)	197.177,36
Totais	57.402.965,58	(24.867.366,61)	(609.934,17)	31.926.896,13



	30-06-2016			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos fixos tangíveis	56.456.234,97	(24.027.937,47)		32.428.297,50
Ativos intangíveis	1.231,33	(1.231,33)		0,00
Inventários	385,55			385,55
Clientes	502.938,41		(469.907,83)	33.030,58
Outros créditos a receber	474.828,45		(143.317,95)	331.510,50
Totais	57.435.618,71	(24.029.168,80)	(613.225,78)	32.793.224,13

9.2 - Imparidades - perdas e reversões:

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período		30-06-2017			30-06-2016		
		Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados			Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados		
		Aumentos	Reversões	Totais	Aumentos	Reversões	Totais
Ativo corrente	Clientes	(1.828,50)		(1.828,50)		42.183,07	42.183,07
	Adiantamentos a fornecedores						
	Outros créditos a receber	(5.142,47)		(5.142,47)		2.960,00	2.960,00
Totais		(6.970,97)		(6.970,97)		45.143,07	45.143,07



10. INVENTÁRIOS:

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias
Critérios de mensuração	Regra geral	Custo	X
		Valor realizável líquido	
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra	X
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção	
		Mão-de-obra direta	
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações	
Sistema de inventário	Inventário intermitente		X
	Inventário permanente		

10.1 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Quantias escrituradas de inventários	30-06-2017			30-06-2016		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	217,94		217,94	385,55		385,55
Totais	217,94		217,94	385,55		385,55



11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Políticas contabilísticas:

11.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	30-06-2017		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros			
Clientes	593.737,48	(471.736,33)	122.001,15
Outros créditos a receber	335.375,20	(138.197,84)	197.177,36
Caixa e depósitos bancários	166.019,29		166.019,29
Passivo financeiros			
Fornecedores	(586.097,39)		(586.097,39)
Estado e Outros Entes Públicos	(3.028.312,79)		(3.028.312,79)
Financiamentos obtidos	(5.390.140,72)		(5.390.140,72)
Outras dívidas a pagar	(867.065,82)		(867.065,82)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	30-06-2016		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros			
Clientes	502.938,41	(469.907,83)	33.030,83
Estado e Outros Entes Públicos	3.220,24		3.220,24
Outros créditos a receber	474.828,45	(143.317,95)	331.510,50
Caixa e depósitos bancários	69.862,21		69.862,21
Passivo financeiros			
Fornecedores	(823.297,95)		(823.297,95)
Estado e Outros Entes Públicos	(3.161.939,80)		(3.161.939,80)
Financiamentos obtidos	(5.882.758,84)		(5.882.758,84)
Outras dívidas a pagar	(914.304,46)		(914.304,46)



12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS:

Em março de 2012, devido às grandes dificuldades que o clube estava a atravessar, a Direção recorreu ao Plano Extrajudicial de Consolidação – PEC, no âmbito do Decreto-Lei n.º 316/98, de 20 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/04, de 18 de agosto.

A Segurança Social autorizou a consolidação de dívidas de capital até à data de abril de 2012 através da amortização da totalidade do valor em dívida, acrescidos de juros, num prazo de 150 meses, em prestações mensais e sucessivas, sendo as primeiras 24 prestações reduzidas a metade do valor das remanescentes.

A Autoridade Tributária e Aduaneira autorizou a consolidação das dívidas de capital através da amortização da totalidade do valor em dívida, acrescidos de juros, num prazo de 150 meses, em prestações mensais e sucessivas.

Em dezembro de 2015, resultante de uma inspeção da Autoridade Tributária, fomos condenados a pagar o IVA liquidado, resultante das entradas dos utentes nas piscinas do Vitoria Sport Clube. Uma vez que o Vitoria Sport Clube, não concordou foi apresentada impugnação judicial das Liquidações Adicionais de IVA relativas ao período compreendido entre julho a dezembro 2011 e das Liquidações adicionais de juros compensatórios. O Vitoria foi citado para execução fiscal, tendo requerido o pagamento em prestações e a suspensão da execução. O pagamento foi autorizado em 24 prestações mensais e sucessivas.

Em dezembro de 2016, resultante de uma inspeção da Autoridade Tributária, fomos condenados a pagar o IVA liquidado, resultante das entradas dos utentes nas piscinas do Vitoria Sport Clube, do ano de 2012 e 2013. Para além desta correção, fomos ainda condenados a pagar a retenção na fonte resultante da % da venda dos direitos económicos do Bruno Teles e, que este possuía. Uma vez que o Vitoria Sport Clube, não concordou foi apresentada impugnação judicial das Liquidações Adicionais de IVA relativas ao período compreendido entre janeiro a dezembro 2012 e, janeiro a setembro 2013 e das Liquidações adicionais de juros compensatórios, assim como do pagamento da retenção na fonte. O Vitoria foi citado para execução fiscal, tendo requerido o pagamento em prestações e a suspensão da execução. O pagamento foi autorizado em 60 prestações mensais e sucessivas.

Em 30 de junho de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos:



EOEP		30-06-2017	30-06-2016
ATIVO	IRC		3.220,24
	IVA		
	Outros Impostos		
	Total	0,00	3.220,24
PASSIVO TOTAL	Retenções de Impostos	18.668,77	13.236,36
	IVA	48.338,56	38.218,51
	Segurança Social	16.861,22	17.452,40
	PEC - Segurança Social	970.619,08	1.097.255,08
	PEC - Finanças	1.471.847,26	1.931.290,94
	IVA Piscinas - Finanças	17.331,70	24.131,50
	IVA Piscinas/IRS - Finanças	484.646,20	40.355,01
	Total	3..028.312,79	3.161.939,80
PASSIVO CORRENTE	Retenções de Impostos	18.668,77	13.236,36
	IVA	48.338,56	38.218,51
	Segurança social	16.861,22	17.452,40
	PEC - Segurança Social	152.448,00	152.448,00
	PEC - Finanças	224.258,88	224.258,88
	IVA Piscinas/IRS - Finanças	120.291,70	46.219,06
	Total	580.867,13	491.833,21
PASSIVO NÃO CORRENTE	PEC - Segurança Social	818.171,08	944.807,08
	PEC - Finanças	1.247.588,38	1.707.032,06
	IVA Piscinas/IRS - Finanças	381.686,20	18.267,45
	Total	2.447.445,66	2.670.106,59



13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva. Não existem encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos que tenham sido capitalizados.

13.1 - Desagregação do valor dos financiamentos apresentadas no balanço:

Financiamentos Obtidos	30-06-2017			30-06-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	9.360,00	30.352,79	39.712,79	50.093,41	40.026,49	90.119,90
Descobertos bancários				0,00		0,00
Empréstimos Bancários PEC	360.000,00	4.814.627,83	5.174.627,83	360.000,00	5.204.113,87	5.564.113,87
Outros financiadores	70.349,96	105.450,14	175.800,10	70.349,96	158.175,11	228.25,07
Totais	439.709,96	4.950.430,76	5.390.140,72	480.443,37	5.402.315,47	5.882.758,84



14 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DIVIDAS A PAGAR:

Desagregação do valor das contas a outros créditos a receber e outras dividas a pagar apresentadas no balanço:

Outros créditos a receber	30-06-2017			30-06-2016		
	Quantias Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Valor liquido	Quantias Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Valor liquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	114.176,60		114.176,60	207.882,73		207.882,73
Outros devedores	220.198,60	(138.197,84)	82.000,76	265.477,02	(143.317,95)	122.159,07
Adiantamentos ao Pessoal	1.000,00		1.000,00	1.468,70		1.468,70
Totais	335.375,20	(138.197,84)	197.177,36	474.828,45	(143.317,95)	331.510,50

Outras dividas a pagar		30-06-2017	30-06-2016
Credores por acréscimo de gastos	Remunerações a liquidar	44.208,39	49.747,62
	Juros a liquidar	0,00	2.797,30
	Honorários	1.441,21	1.077,00
	Outros - Eletricidade, seguros, outros	59.548,55	76.560,43
Subtotal		105.198,15	130.730,85
Outros Credores Corrente	Credores diversos	712.761,65	731.564,74
	Pessoal	49.106,02	50.758,87
Subtotal		761.867,67	782.323,61
Total Outras dividas a pagar - Passivo Corrente		867.065,82	913.054,46
Outras dividas a pagar - Passivo não Corrente		0,00	1.250,00
Totais		867.065,82	914.304,46



15. DIFERIMENTOS:

15.1 - Desagregação do valor da conta de Diferimentos apresentados no Balanço:

Rendimentos a reconhecer	30-06-2017	30-06-2016
Outros	51.098,00	48.224,50
Total	51.098,00	48.224,50

16. INSTRUMENTOS DE FUNDOS PATRIMONIAIS:

16.1 - Excedentes de Revalorização:

O movimento ocorrido na rubrica de Excedentes de Revalorização foi conforme se segue:

Excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Totais
Em 30 de junho de 2012	8.950.501,82	23.484.924,01	32.435.425,83
Depreciações		(655.235,47)	(655.235,47)
Em 30 de junho de 2013	8.950.501,82	22.829.688,54	31.780.190,36
Depreciações		(652.844,45)	(652.844,45)
Em 30 de junho de 2014	8.950.501,82	22.176.844,09	31.127.345,91
Depreciações		(645.154,63)	(645.154,63)
Em 30 de junho de 2015	8.950.501,82	21.531.689,46	30.482.191,28
Depreciações		(643.388,77)	(643.388,77)
Em 30 de junho de 2016	8.950.501,82	20.888.300,69	29.838.802,51
Depreciações		(605.649,38)	(605.649,38)
Em 30 de junho de 2017	8.950.501,82	20.282.651,31	29.233.153,13



16.2. Outras Reservas:

Os valores inscritos na rubrica “Outras Reservas” são referentes à realização através da venda dos ativos que tinham sido reavaliados.

16.3 - Outras Variações nos Fundos Patrimoniais:

Os valores inscritos na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” referem-se a subsídios relacionados com ativos depreciables, e como tal são reconhecidos como rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	30-06-2017	
	Demonstração dos resultados	Balanço
	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio
Subsídios relacionados com ativos	153.125,65	360.681,71
Totais	153.125,65	360.681,71

17. RÉDITO:

17.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Os réditos de prestação de serviços são reconhecidos quando realizados, independentemente do seu recebimento, e são reconhecidos pelo valor recebido ou a receber. Os serviços realizados no exercício que ainda não se encontravam faturados foram reconhecidos pelo valor a receber como rendimento no exercício e foi reconhecido o respetivo ativo em devedores por acréscimo de rendimentos.



17.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	30-06-2017		30-06-2016	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	1.591,02	0,04%	651,74	0,02%
Prestação de serviços	3.581.827,38	99,96%	3.342.321,27	99,98%
Totais	3.583.418,40	100,00%	3.342.973,01	100,00%

18. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:

Política contabilística:

A entidade reconhece em rendimentos subsídios provenientes de reembolso de gastos que suportou na execução de cursos e projetos desenvolvidos na sua atividade.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Os subsídios obtidos no exercício, assumem todos a forma monetária com o objetivo de compensar os gastos incorridos na execução de projetos desenvolvidos, os quais se decompõem da seguinte forma:



Relação dos subsídios obtidos	Entidade concedente	Período de concessão		Quantias concedidas		
		Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Subsídios à exploração	Camara Municipal de Guimarães	01-07-2016	30-06-2017	202.300,00		202.300,00
	Federação Portuguesa de Voleibol	01-07-2016	30-06-2017	9.050,00		9.050,00
	Federação Portuguesa de Natação	01-07-2016	30-06-2017	0,00		0,00
	Outras Federações	01-07-2016	30-06-2017	0,00		0,00
	IEFP	01-07-2016	30-06-2017	12.676,18		12.676,18
	Total			224.026,18		224.026,18

Relação dos subsídios obtidos	Entidade concedente	Período de concessão		Quantias concedidas		
		Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Subsídios à exploração	Camara Municipal de Guimarães	01-07-2015	30-06-2016	97.701,88		97.701,88
	Federação Portuguesa de Voleibol	01-07-2015	30-06-2016	3.160,00		3.160,00
	Federação Portuguesa de Natação	01-07-2015	30-06-2016	916,11		916,11
	Outras Federações	01-07-2015	30-06-2016	212,00		212,00
	IEFP Futebol formação	01-07-2015	30-06-2016	11.023,32		11.023,32
	Total			113.013,31		113.013,31



Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	30-06-2017			
	Demonstração dos resultados		Balanço	
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)
Subsídios relacionados com ativos		153.125,65	360.681,71	
Subsídios relacionados com resultados	224.026,18			
Totais	224.026,16	153.125,65	360.681,71	

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	30-06-2016			
	Demonstração dos resultados		Balanço	
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)
Subsídios relacionados com ativos		165.583,78	513.807,36	
Subsídios relacionados com resultados	113.013,31			
Totais	113.013,31	165.583,78	513.807,36	



19. ELEMENTOS DE RENDIMENTOS, GASTOS, GANHOS E PERDAS:

19.1 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	30-06-2017		30-06-2016	
	Mercadorias	Totais	Mercadorias	Totais
Inventários no começo do período	385,55	385,55	435,24	435,24
Compras	305,55	305,55	192,00	192,00
Inventários no fim do período	217,94	217,94	385,55	385,55
Regularização de Existências				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(473,16)	(473,16)	(241,69)	(241,69)
Totais	(473,16)	(473,16)	(241,69)	(241,69)

19.2 - Decomposição dos Fornecimentos e serviços externos:

FSE	30-06-2017	30-06-2016
622 Serviços especializados	537.405,25	504.109,73
6221 Trabalhos especializados	11.677,38	24.443,54
6222 Publicidade e propaganda	332,22	0,00
6223 Vigilância e segurança	190,67	2.759,00
6224 Honorários	356.828,68	294.154,73
6226 Conservação e reparação	13.252,36	17.141,06
6227 Despesas com Provas	154.720,20	147.150,90
6229 Prospeção; Transferência	403,74	18.470,50
623 Materiais	35.023,40	46.151,24
6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.733,00	3.995,53
6232 Livros e documentação técnica	119,50	146,04
6233 Material de escritório	9.833,66	7.135,60
6234 Artigos para oferta	6.669,22	5.186,64
6235 Material desportivo	13.668,02	11.486,88



624 Energia e fluidos	91.486,11	91.102,79
6241 Eletricidade	29.986,78	26.217,35
6243 Água	13.849,81	15.623,34
6248 Outros Fluidos	47.649,52	49.262,10
625 Deslocações, estadas e transportes	132.963,15	139.122,51
6251 Deslocações e estadas	132.904,09	138.327,52
6253 Transportes de mercadorias	59,06	794,99
626 Serviços diversos	1.342.573,94	1.175.629,70
6261 Rendas e alugueres	141.226,96	141.140,19
6262 Comunicação	2.137,56	6.190,37
6263 Seguros	11.859,79	12.639,53
6265 Contencioso e notariado	9.323,89	12.751,80
6267 Limpeza, higiene e conforto	11.504,33	7.681,69
6268 Outros serviços	1.166.521,41	995.226,12
62681 Outros FSE	63.371,70	2.705,44
6262 Protocolo – Quotização	899.702,39	789.889,32
6263 Protocolo – Pack Socio	203.447,92	202.631,36
Total FSE	2.139.451,85	1.956.115,97

19.3 - Gastos com Pessoal:

A empresa teve, em média, ao seu serviço 40 funcionários. Decomposição dos gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	30-06-2017	30-06-2016
Remunerações do pessoal	786.862,71	846.192,20
Encargos sobre remunerações	138.982,40	130.994,67
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	24.154,00	17.832,37
Gastos de ação social	12.178,52	6.451,27
Total	962.177,63	1.001.470,51



19.4 - Imparidades – perdas e reversões

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período		Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados		
		Aumentos	Reversões	Totais
Ativo corrente	Clientes	1.828,50		1.828,50
	Outros Devedores	5.124,47		5.124,47
Totais		6.970,97		6.970,97

19.5 - Decomposição de outros rendimentos e ganhos:

Outros rendimentos e ganhos	30-06-2017	30-06-2016
Rendimentos suplementares	101.133,28	15.063,39
Descontos de pronto pagamento obtidos	20,05	19,02
Aplicação do MEP	906.235,53	0,00
Outros	489.607,42	528.166,87
dos quais:		
Correções relativas a exercícios anteriores	2.085,52	11.584,93
Donativos	334.289,96	348.872,90
Imputação de subsídios para investimentos	153.126,67	165.583,78
Outros	105,27	2.125,26
Totais	1.496.996,28	543.249,28

19.6 - Decomposição dos outros gastos e perdas:

Outros gastos e perdas	30-06-2017	30-06-2016
Impostos	160.009,80	80.319,33
Outros	145.866,70	34.138,33
dos quais:		
Correções relativas a exercícios anteriores	124.026,80	65,36
Donativos	556,93	0,00
Outros	21.282,97	34.072,97
Totais	305.876,50	114.457,66



19.7 - Gastos/reversões de depreciação e amortização:

Ativos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
30-06-2017	799.985,04	27.750,32	279,58	10.182,87	838.197,81
30-06-2016	839.901,40	29.218,21	0,00	12.798,01	881.917,62

Ativos intangíveis	Programas de computador	Totais
30-06-2017	0,00	0,00
30-06-2016	0,00	0,00

Gastos/reversões de depreciação e amortização	30-06-2017	30-06-2016
Ativos tangíveis	838.197,81	881.917,62
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Total	838.197,81	881.917,62

19.8 - Total de rendimento de juros e total de gasto de juros:

Rendimentos e gastos de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados	30-06-2017			30-06-2016		
	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Diferença entre os rendimentos e os gastos de juros	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Diferença entre os rendimentos e os gastos de juros
Ativos financeiros						
Passivos financeiros		(253.287,22)	(253.287,22)		(344.412,93)	(344.412,93)
Totais		(253.287,22)	(253.287,22)		(344.412,93)	(344.412,93)



20. MATÉRIAS AMBIENTAIS:

Descrição das bases de mensuração adotados, bem como dos métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais.

Em 30 de junho de 2017 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pela direção e autorizadas para emissão em 4 de setembro de 2017.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período

22. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:

22.1 - Não existem dívidas ao Estado ou à Segurança Social.



23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 - Processos judiciais:

Processos fiscais reclamados

	Ano	Tipo Imposto	Valor
Processo nº 738/05,6BEBRG	1991/1994	IRC – Correções à mat. coletável	124.138,85 €
Contra Ordenação nº 600226,9/03	2000/2001	IRC/IRS/IVA	77.659,97 €
Contra Ordenação nº 600016,9/04	2002	IRC/IVA	21.767,41 €
Processo nº 195/10.0BEBRG	2004	IRC – Correções à mat. coletável	536.977,99 €
Contra Ordenação n.º 3476201201206034667	2010	IRS	2.500,00€
Processo nº 3476201206028357*	2011	IRS	45.944,73 €
Contra Ordenação nº 3476201206032435*	2012	IRS	46.174,09 €
Contra Ordenação nº 3476201206030459*	2012	IRS	47.036,04 €
Processo nº 3476201206028594*	2012	IVA	9.207,01 €
Processo nº 3476201206028594*	2012	IVA	10.501,84 €

* Suspensos

Em processos idênticos anteriores já resolvidos, a decisão foi favorável ao Clube. Assim, os consultores jurídicos são de opinião que a decisão final dos processos acima identificados, não deixará de ser favorável ao clube, pelo que continuam a não ser constituídas provisões para estes processos fiscais.

Guimarães, 4 de setembro de 2017

A Contabilista Certificada

A Direção



4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS A 30.06.2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					(euro)
		Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014		14.392.550,60	-18.229.064,93	30.482.191,28	679.391,14	(254.237,71)	26.835.175,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações			643.388,77	(643.388,77)		489.892,88	489.892,88
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00
Aplicação do Resultado Líquido do Período			(489.892,88)				(489.892,88)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			(1.186.000,00)		(165.583,78)		(1.351.583,78)
		0,00	(1.032.504,11)	(643.388,77)	(165.583,78)	489.892,88	(1.351.583,78)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(254.237,71)	(254.237,71)
RESULTADO INTEGRAL						235.655,17	(1.605.821,49)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							0,00
Realizações de prémios de emissão							0,00
Distribuições							0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00
Outras operações							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015		14.392.550,60	-19.261.569,04	29.838.802,51	513.807,36	(18.582,54)	25.229.353,72

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS A 30.06.2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					(euro)
		Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015		14.392.550,60	(19.261.569,04)	29.838.802,51	513.807,36	(18.582,54)	25.229.353,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações			605.649,38	(605.649,38)		254.237,71	254.237,71
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00
Aplicação do Resultado Líquido do Período			(254.237,71)				(254.237,71)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(153.125,65)		(153.125,65)
		0,00	351.411,67	(605.649,38)	(153.125,65)	254.237,71	(153.125,65)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						798.005,72	798.005,72
RESULTADO INTEGRAL						1.052.243,43	644.880,07
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							0,00
Realizações de prémios de emissão							0,00
Distribuições							0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00
Outras operações							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016		14.392.550,60	-18.910.157,37	29.233.153,13	360.681,71	1.033.660,89	25.874.233,79

A Contabilista Certificada

A Direção



5. Demonstração das Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 e 2016

(euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		30.06.2017	30.06.2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		3.586.069,46	3.410.680,14
Pagamentos a fornecedores		-2.381.054,40	-2.362.598,86
Pagamentos ao pessoal		-965.053,54	-1.014.786,10
Caixa gerada pelas operações		239.961,52	33.295,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		619.500,89	-230.684,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		859.462,41	-197.389,30
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-17.399,99	-13.694,23
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	1.229,09
Investimentos financeiros		0,00	1.258.785,32
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-17.399,99	1.246.320,18
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-492.618,12	-744.137,16
Juros e gastos similares		-253.287,22	-344.412,92
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-745.905,34	-1.088.550,08
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		96.157,08	-39.619,20
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	69.862,21	109.481,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	166.019,29	69.862,21

A Contabilista Certificada

A Direção